

Para Ulysses, problema de saúde presidencial não afetará sucessão

por Marina Takiishi
de São Paulo

O deputado Ulysses Guimarães, presidente nacional do PMDB, declarou ontem que não vê como o problema de saúde enfrentado pelo presidente João Figueiredo possa afetar o desenvolvimento do processo sucessório. Como em caso de o executivo vir a submeter-se a cuidados médicos tanto pode pedir licença ou não, o parlamentar disse que "se pedir, todo titular tem sempre um suplente". Assim, caso Figueiredo venha a se licenciar do cargo, deverá assumir o vice-presidente Aureliano Chaves, entende Ulysses.

Por outro, ele garantiu que da parte do PMDB e da Frente Liberal a candidatura do ex-governador, Tancredo Neves e de seu vice-presidente, senador José Sarney, não sofrerão alteração sob nenhuma hipótese. "Do lado do PDS, pode ser colocado outro candidato", acrescentou o deputado.

BLEFE

Para o deputado Ulysses Guimarães, os delegados do PMDB ao Colégio Eleitoral, que elegerá o sucessor de Figueiredo, cumprirão rigorosamente a fidelidade partidária, votando na chapa liderada por Tancredo Neves. Com relação

aos números apresentados pelo candidato do PDS, deputado Paulo Maluf, como sendo dos opositoristas que escolherão o seu nome no Colégio, o parlamentar desafiou-o a apresentar os nomes. Da parte da dissidência pedessista, que compõe a Frente Liberal e que apóia a candidatura Tancredo Neves, os nomes estão devidamente identificados, argumentou Ulysses.

"Blefar no pôquer é fácil. Na política, é difícil", disse o presidente do PMDB, que acha que a tática triunfalista usada por Paulo Maluf "está muito manjada".

Já a estratégia da campanha de Tancredo Neves, diz o deputado, seguirá nos moldes do comício de Goiânia, comprometendo-a com o restabelecimento das eleições diretas para presidente da República, já que, segundo suas estimativas, num prazo de cem dias aproximadamente, é possível organizar um pleito direto em todo o País.

A outra alternativa apresentada, que é a do parlamentarismo, a seu ver, "seria uma mudança muito séria. É muito difícil que seja feita numa situação de crise". Agora, caso ela venha a ser colocada objetivamente, para ser apreciada no Congresso Nacional, "vamos examinar a matéria", concluiu.